

Três municípios do Rio eliminam a transmissão do vírus do HIV de mãe para filho

Friburgo, Petrópolis e Resende reduziram a quase zero a chamada transmissão vertical da doença

[\(O Globo, 06/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Três dos 27 municípios do Rio de Janeiro com mais de 100 mil habitantes estão aptos a obter o certificado de eliminação da transmissão vertical (de mãe para filho) do vírus HIV. Nova Friburgo, Petrópolis e Resende fazem parte de uma lista de 82 municípios brasileiros que alcançaram a meta da Organização Mundial de Saúde (OMS) de reduzir a quase zero o total de bebês soropositivos. A OMS considera que um país eliminou a transmissão vertical do vírus quando registra menos de dois bebês infectados para cada 100 nascidos de gestantes infectadas.

- Os 82 municípios estão sendo convidados a obter a certificação, que serve como processo educativo. Cuba foi o primeiro país do mundo a eliminar a transmissão vertical, em 2015, e entrou em festa ao obter a certificação da OMS. Esperamos que o certificado sirva como direstímulo para gestores de saúde em todo o país - afirma Adele Benzaken, diretora do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das DST/Aids e Hepatites Virais da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde.

O Brasil tem 5.571 municípios e 3.186 deles registraram casos de HIV em gestantes desde 2000. Entre os que tiveram gestantes com HIV, 1.939 municípios alcançaram os dois principais indicadores da certificação - taxa de novas infecções de três casos para cada 10 mil nascidos vivos (ou 0,3 por mil nascidos vivos) e proporção anual menor que 2% de crianças infectadas pelo HIV nos últimos três anos. Desses, 1.662 têm até 50 mil habitantes e 205 entre 50 mil e 100 mil.

Porém, apenas os municípios acima de 100 mil serão certificados, já que o

Ministério da Saúde leva em conta que é bem mais fácil o controle em populações menores.

A atuação dos três municípios se destaca no cenário ruim do Rio. Em 2015, o estado registrou cinco casos de infecção por HIV, por 100 mil habitantes, em crianças de até 5 anos de idade - o dobro da média brasileira, de 2,5 registros por 100 mil habitantes. A capital está entre as cinco cidades do país com piores índices, com uma taxa de detecção 6,2. As maiores taxas do Brasil estão em Roraima (8,1), Rio Grande do Sul (5,4). Para se ter uma ideia, São Paulo registra apenas 1,3 casos por 100 mil habitantes no estado e 1,5 na capital.

- Nosso programa atende 200 mulheres desde 2007 e 26 delas já tiveram gestação neste período, mas nenhum bebê nasceu soropositivo. A carga viral das mães é mantida indetectável e temos todo o cuidado para evitar a infecção na hora do parto. Toda mulher é submetida a três testes de HIV durante a gestação e os partos são feitos em unidade especializada e acompanhados até 2 anos de idade, quando a recomendação do Ministério da Saúde é fazer o acompanhamento até 1 ano e 6 meses - conta Natália Campos, superintendente de Vigilância em Saúde da Prefeitura de Resende.

O último caso de transmissão vertical de Resende aconteceu em 2009, porque a mãe não fez qualquer consulta pré-natal e não procurou o serviço de saúde. A criança tem hoje 8 anos. Segundo Natália, a mãe teve uma segunda gestação, desta vez já em tratamento e com acompanhamento total e a criança nasceu livre do vírus.

- É um caso especial, porque a mãe tem déficit cognitivo importante. Como não lembra os dias de consulta, a equipe do Programa de Saúde da Família ia na casa dela para dar o medicamento, inclusive para o bebê. Para evitar casos de transmissão, a rede de saúde tem de estar interligada. Toda a rede atua em conjunto para detectar casos de infecção por HIV e encaminhar para o atendimento especializado - explica Natália.

A redução da transmissão vertical só é possível com profilaxia (medidas preventivas). Primeiro, é preciso detectar rapidamente se uma gestante está ou não infectada pelo HIV. Caso o resultado seja positivo, ela começa a ser

medicada e, com os modernos medicamentos distribuídos gratuitamente pelo SUS, é possível tornar a carga de vírus indetectável. Segundo informações da Organização Panamericana de Saúde, o escritório regional da OMS, a passagem do vírus ocorre durante a gestação (35%) e no período do periparto - entre o último mês da gravidez e cinco meses após o parto (65%). Na amamentação, o risco aumenta entre 7% e 22% a cada mamada. Sem tratamento, a transmissão vertical ocorre em cerca de 25% das gestações de mulheres portadoras do HIV.

O Brasil já avançou muito no controle da gestação de portadoras do HIV e da transmissão para seus bebês. Em 2004, segundo estudo da Sociedade Brasileira de Pediatria, a taxa estimada de transmissão vertical do HIV era de 8,5%.

Entre 2010 e 2015, enquanto houve aumento de 26,6% na taxa de detecção de HIV em gestantes, houve redução de 43,2% nas notificações da presença do vírus em menores de cinco anos - faixa etária usada como indicador da transmissão vertical.

A redução do número de novas infecções em bebês só foi possível, segundo Adele, com programas de acompanhamento da gestação, como o Rede Cegonha, e o uso de testes rápidos, que ampliou a identificação dos casos e o encaminhamento a tratamentos.

- A testagem rápida foi nossa grande aliada - diz Adele.

Para obter a certificação, os municípios terão seguir parâmetros da OMS e outros definidos pelo Ministério da Saúde, como garantir que no mínimo 95% das gestantes tenham feito quatro consultas no pré-natal, por exemplo, além do teste para HIV.

A meta do Brasil é alcançar 90% do patamar estabelecido pela OMS até 2020 e chegar a 2030 tendo eliminado a transmissão vertical do HIV.